

O PLANEJAMENTO DO TURISMO EM UMA REGIÃO PERIFÉRICA: A BAIXADA VERDE, NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, BRASIL

TOURISM PLANNING IN A PERIPHERAL: BAIXADA VERDE, IN THE METROPOLITAN REGION OF RIO DE JANEIRO, BRAZIL

PLANIFICACIÓN TURÍSTICA EN UNA REGIÓN PERIFÉRICA: BAIXADA VERDE, EN LA REGIÓN METROPOLITANA DE RÍO DE JANEIRO, BRASIL

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2024.i2.p.130-148

Isabela de Fátima Fogaça
Doutora em Geografia - UNESP
isafog@hotmail.com

Maria Angélica Maciel Costa
Doutora em Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ
mangelicamc@ufrj.br

Teresa Cristina de Miranda Mendonça
Doutora em Ciências Sociais (Administração e Turismo) - UFRJ
teresam@ufrj.br

RESUMO

Este artigo analisa a trajetória da região turística Baixada Verde, formada em 2017, por 10 municípios da Baixada Fluminense, uma área periférica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), Brasil. A região turística, antes também denominada Baixada Fluminense, foi renomeada como Baixada Verde, em 2017, em função da presença significativa de Unidades de Conservação em seu território, e desde então passou a integrar o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), no intuito de explorar de forma mais planejada e estratégica suas potencialidades, buscando se estabelecer como destino turístico, apesar dos desafios socioeconômicos e estigmas negativos que enfrenta. Aplicando os conceitos de periferia e discutindo a seletividade territorial no turismo, o estudo explora como a Baixada Verde, historicamente discriminada e negligenciada em investimentos públicos e privados, tenta superar esses obstáculos. O estudo emprega métodos qualitativos, como revisão bibliográfica e observação para analisar o planejamento turístico na região. A promoção da Baixada Verde como destino turístico marca o início de um projeto regional que pode causar estranhamento devido à sua condição periférica. Esse processo exige aprimoramento na gestão regional de políticas públicas, vontade política, conscientização sobre turismo e engajamento da população e da iniciativa privada.

Palavras-chave: Turismo; Lazer; Periferia, Baixada Fluminense, Baixada Verde.

ABSTRACT

This article analyses the trajectory of the Baixada Verde tourist region, established in 2017 and comprising 10 municipalities in the Baixada Fluminense, a peripheral area of the Rio de Janeiro Metropolitan Region (RMRJ), Brazil. The tourist region, previously also called Baixada Fluminense, was renamed Baixada Verde in 2017, due to the significant presence of Conservation Units in its territory, and since then it has been part of the Tourism Regionalization Program (PRT), with the aim of exploring its potential in a more planned and strategic way, seeking to establish itself as a tourist destination, despite the socioeconomic challenges and negative stigmas it faces. Applying the concepts of periphery and discussing territorial selectivity in tourism, the study examines how Baixada Verde, historically discriminated against and overlooked for public and private investments, tries to overcome these obstacles. The study uses qualitative methods, such as bibliographic review and observation, to analyze tourism planning in the region. Promoting Baixada Verde as a tourist destination marks the start of a regional project that might seem unusual due to its peripheral condition and severe social and economic issues. This process requires improvement in the shared management of public policies, political will, awareness of tourism, and engagement from both the local population and private sector.

Keywords: Tourism; Leisure; Periphery; Baixada Fluminense; Baixada Verde.



RESUMEN

Este artículo analiza la trayectoria de la región turística Baixada Verde, creada en 2017 y compuesta por 10 municipios de la Baixada Fluminense, una zona periférica de la Región Metropolitana de Río de Janeiro (RMRJ), Brasil. La región turística, anteriormente también llamada Baixada Fluminense, pasó a llamarse Baixada Verde, en 2017, debido a la importante presencia de Unidades de Conservación en su territorio, y desde entonces pasó a formar parte del Programa de Regionalización del Turismo (PRT), con el objetivo de explorar su potencial de una manera más planificada y estratégica, buscando consolidarse como un destino turístico, a pesar de los desafíos socioeconómicos y estigmas negativos que enfrenta. Aplicando los conceptos de periferia y discutiendo la selectividad territorial en el turismo, el estudio explora cómo Baixada Verde, históricamente discriminada y desatendida en las inversiones públicas y privadas, intenta superar estos obstáculos. El estudio emplea métodos cualitativos, como la revisión bibliográfica y la observación, para analizar la planificación turística en la región. La promoción de Baixada Verde como destino turístico marca el inicio de un proyecto regional que puede parecer inusual debido a su condición periférica y a los graves problemas sociales y económicos. Este proceso requiere mejoras en la gestión compartida de políticas públicas, voluntad política, concienciación sobre el turismo y el compromiso de la población local y del sector privado. **Palabras clave:** Turismo; Ócio; Periferia; Baixada Fluminense; Baixada Verde.

1.INTRODUÇÃO

O estado do Rio de Janeiro é referência do turismo no Brasil. Em 2023, recebeu 948 mil visitantes, somente contabilizando turistas estrangeiros, o que equivale a aproximadamente 16% do turismo internacional no país. Este, ainda, é considerado o segundo mais importante portão de entrada de turistas no Brasil, estando atrás somente de São Paulo (EMBRATUR, 2023).

Na perspectiva da regionalização do turismo, política orientadora do planejamento público do setor, desde 2004 (BRASIL, 2008¹), que tem como foco de desenvolvimento e planejamento do turismo os espaços regionais, o estado do Rio de Janeiro conta com 12 regiões turísticas que revelam variedade em recursos naturais e culturais. No entanto, o fluxo de visitação turística, seja doméstico ou internacional, não se dissemina em todo o território do estado de forma uniforme. Ou seja, este se concentra em regiões que recebem os maiores investimentos de fomento ao setor, reafirmando a seletividade territorial do turismo e as desigualdades intrarregionais.

O Mapa do Turismo Brasileiro (2024), ferramenta de gestão da Política Nacional de Turismo, classifica os municípios turísticos do país em categorias A, B, C, D e E, com base em critérios como a quantidade de equipamentos e serviços turísticos (principalmente de hospedagem) inscritos no cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo (Cadastur); empregos no setor; número estimado de visitantes domésticos e internacionais e arrecadação de impostos federais provenientes dos meios de hospedagem (BRASIL, 2021). Essa classificação evidencia a importância de quatro regiões turísticas no estado que concentram municípios nas categorias A e B: a Região Metropolitana, com o Rio de Janeiro, como principal destino, e Niterói; a Costa do Sol, que inclui

¹ Art. 4º, § único, Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.



Armação dos Búzios e Cabo Frio, conhecidas por suas praias exuberantes; a Costa Verde, que abriga Angra dos Reis e Paraty, Patrimônio Misto da Humanidade; e a Serra Verde Imperial, com Petrópolis, símbolo do Brasil Império.

No que se refere à região turística Baixada Verde, que abrange 10 municípios da Baixada Fluminense: Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, São João de Meriti e Seropédica, localizados na vertente Oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), uma região periférica com um dos piores indicadores de renda e pobreza do Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2020), a maioria dos municípios está classificado na categoria C do Mapa do Turismo². Destaca-se que este é um território que não é considerado estratégico para investimentos dentro das políticas públicas de desenvolvimento do turismo no estado e no país.

No entanto, por outro lado, a região guarda recursos como áreas naturais protegidas, que abrangem mais da metade do território de alguns municípios, como Nova Iguaçu, onde cerca de 67% do território é composto por áreas protegidas. Além disso, é rica em bens culturais materiais e imateriais, incluindo remanescentes dos caminhos coloniais, ligados ao período do ciclo do ouro em cidades como Magé, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, bem como manifestações e grupos da cultura popular, como a escola de samba Beija-Flor de Nilópolis e Grande Rio em Duque de Caxias, que mostram importante potencial turístico.

Desde 2017, um grupo de gestores públicos municipais, junto com alunos e professores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), tem se mobilizado para promover o turismo como uma alternativa de desenvolvimento regional. Nesse contexto, uma das primeiras ações foi a mudança da denominação de "Baixada Fluminense" para "Baixada Verde" no planejamento do setor, no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo (PRT). Essa mudança visa destacar as qualidades da região, como suas belezas naturais e riquezas culturais. Conseqüentemente, a região passou a ser foco do Observatório de Turismo e Lazer da Baixada Verde, um projeto de extensão universitária da UFRRJ e grupo de pesquisa registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cujo objetivo é fornecer dados e prestar assessoria para as prefeituras municipais e para a Instância de Governança Regional (IGR) Baixada Verde, arranjo institucional para o planejamento e gestão participativa da região.

Contudo, é fundamental ressaltar que a decisão de adotar uma mudança de paradigma, minimizando o enfoque nos estigmas associados à denominação 'Baixada Fluminense' e concentrando esforços nas potencialidades da 'Baixada Verde', representa um desafio complexo que transcende uma simples estratégia de comunicação e marketing. Neste contexto, o objetivo deste artigo é analisar a

² É importante evidenciar que o Mapa do Turismo é editado frequentemente, e, no momento da confecção deste artigo, agosto de 2024, somente 5 municípios haviam conseguido cumprir com as exigências, sendo 2 na categoria B, 2 na categoria C e 1 na categoria D. Desde 2017, percebeu-se um revezamento em estar ou não no Mapa do Turismo. Nestas ocasiões, a maioria ficava na categoria C.



trajetória do planejamento regional do turismo em uma região periférica, a Baixada Verde, localizada em um estado referência em turismo no Brasil, o Rio de Janeiro.

Assim, para refletir sobre o contexto da implementação do turismo em uma região periférica, na primeira parte deste artigo, discute-se o conceito de periferia e se coloca luz na questão da seletividade dos territórios no que tange ao desenvolvimento do turismo, busca-se compreender a dinâmica social deste território - região que é discriminada tanto no âmbito estadual, quanto no nacional e internacional. Em seguida, é apresentado os métodos e técnicas de pesquisa utilizados, para, assim poder se refletir sobre os avanços conquistados pela Baixada Verde, apesar de suas mazelas, insistentemente divulgadas pela mídia nacional e internacional. Busca-se identificar os principais pontos críticos neste processo de planejamento do turismo em uma periferia que almeja se transformar em um destino turístico.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Baixada Fluminense, periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e do turismo

O termo "Baixada" surgiu, no final do século XIX, para referir-se à área situada no lado Oeste da Baía de Guanabara. Anteriormente conhecida como Arrabalde ou Grande Iguaçu, a região começou a ser ocupada, no século XVI, por fazendas de cana-de-açúcar. Sua estrutura social foi estabelecida com base nas grandes fazendas que utilizavam mão de obra escrava, e às dinâmicas econômicas do ciclo do ouro no século XVIII e, posteriormente, à produção de café no século XIX (SILVA, 2017).

No final do século XIX, a área era predominantemente rural e fazia parte de um único município. O município de Iguaçu abrangia o que hoje é conhecido como Baixada Fluminense. Sob a sua jurisdição, estavam as atuais municipalidades de Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti, o que representava aproximadamente 35% da atual RMRJ. Com o decorrer do século XX, o município de Iguaçu foi dividido em várias novas municipalidades através de processos de emancipações e a região, inicialmente rural, passou a se transformar em uma extensa periferia urbana, à medida que foi sendo ocupada, de forma desordenada, por imigrantes que chegavam ao estado do Rio de Janeiro e encontravam na área terrenos baratos para se estabelecer (ALBUQUERQUE, 2021).

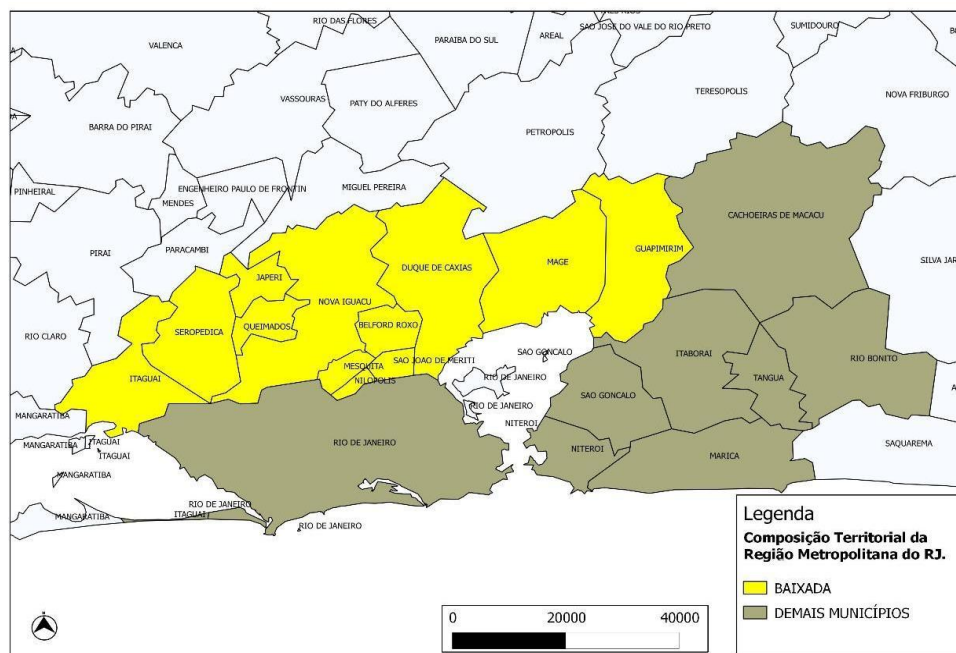
Segundo Albuquerque (2021), o setor imobiliário direcionou a Baixada Fluminense para a população de menor *status* social. Como resultado, essa sub-região metropolitana foi, frequentemente, negligenciada nas políticas públicas implementadas na metrópole. Além disso, o



crescimento populacional e a expansão territorial não foram acompanhados por um aumento correspondente na infraestrutura, contribuindo para a caracterização da região como uma periferia.

Após emancipações de importantes municípios localizados no Oeste da Baía de Guanabara, configurou-se o atual território da Baixada Fluminense, sendo composta por 13 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica (Figura 1).

Figura 1- Municípios que compõem a Baixada Fluminense na Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: Rocha, 2015

Nos últimos 20 anos, a Baixada Fluminense passou por mudanças significativas em sua estrutura territorial, econômica e social, impulsionadas por investimentos crescentes em indústrias, hotéis, imóveis, gastronomia, shopping centers, teatros, universidades e na construção de novas vias de acesso, como melhorias na Linha Vermelha e inauguração do Arco-Metropolitano (OLIVEIRA, 2020).

Os investimentos em infraestruturas e serviços aumentaram a visibilidade da Baixada Fluminense e tiveram um impacto positivo no empoderamento político e social da região, com destaque para os municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias. No entanto, de modo geral, a região ainda enfrenta desafios significativos relacionados ao desenvolvimento socioeconômico (OLIVEIRA, 2020), segurança pública (CERQUEIRA; BUENO, 2024), transporte público precário e caro (REGUEIRA, 2024), saneamento básico (IBGE, 2021), dentre outros aspectos que impactam na qualidade de vida de seus habitantes, tornando-se um importante foco para estudos e intervenções, visando a melhoria das condições de vida e o enfrentamento da desigualdade social.



Além dos problemas infraestruturais, a Baixada Fluminense teve sua imagem, predominantemente, construída de forma negativa, ao longo das décadas de 1950 a 1980, especialmente pela imprensa sensacionalista do Rio de Janeiro, e que se mantém até a contemporaneidade. Essa mídia explorou a região com manchetes que criavam figuras de justiceiros fictícios, utilizando adjetivos depreciativos como "terra sem lei" como estratégia de venda. Enquanto isso, aspectos políticos e culturais relevantes eram, frequentemente, ignorados ou minimizados (ENNE, 2013).

Rocha (2014) reforça que a Baixada Fluminense é especialmente conhecida por sua representação hegemônica de pobreza, miséria e falta de estrutura urbana. Assim, ao tentar definir a noção de periferia, muitos autores se remetem a esta região como um exemplo, onde adjetivos dessa representação hegemônica se realizam (CORRÊA, 2005, p. 160-161 *apud* ROCHA, 2015).

O termo "periferia", de acordo com D'Andrea (2020), tem suas origens nos debates econômicos das décadas de 1950 e 1960, que discutiam a relação entre os países periféricos do capitalismo e as economias centrais. Naquele período, uma série de estudos examinou os impactos dessa estrutura econômica nas cidades latino-americanas, que estavam enfrentando um rápido crescimento demográfico. Já nos anos 1990, o termo "periferia" servia como uma crítica à sociedade, revelando conflitos que o pensamento dominante ignorava. A partir desse ponto, o conceito de periferia seguiu três trajetórias principais: a acadêmica, que começou a perder sua influência explicativa, quase simultaneamente à relativização do termo; a da indústria do entretenimento, que explorou excessivamente uma estética da pobreza e depois a deixou de lado; e dos próprios moradores da periferia, que continuaram a ressignificar o termo.

Falar em periferia, nos anos de 1990,

[...] era denunciar a sociedade por meio de um conceito crítico [...]. Era apresentar o conflito, quando o pensamento hegemônico só apresentava consenso. [...] por meio da pobreza e da violência era, de saída, afirmar-se sobre termos que buscariam uma mutação de sua característica original. Desse modo, periferia continha e negava violência e pobreza. Continha porque, como denúncia, afirmava o conceito nesses dois fenômenos. Negava porque queria superar tais fenômenos. Tem início então um processo social de ampliação do significado de periferia por meio da tentativa de transformar a realidade da periferia, dando sequência a lutas que já ocorriam (D'ANDREA, 2020, p. 6).

Importante lembrar que quando o sentido classe - classe trabalhadora - passa a ser representado, também por periferia, o componente racial e o componente urbano da situação da classe ganharam destaque (D'ANDREA, 2020). Na Baixada Fluminense, por exemplo, os dados mais recentes do Censo 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que cerca de 69% da sua população se declara preta ou parda. Essa posição coloca a região



como uma das com maior concentração de população negra no estado e no Centro-Sul do Brasil (SOUZA, 2024).

Assim, além das referências às opressões de raça, de classe social, e mesmo, de gênero, D'Andrea (2020) sinaliza uma 'opressão territorial' ali implícita, sendo a periferia o núcleo oprimido nessa dinâmica. Essa desigualdade, originada da produção e distribuição desigual da riqueza espacial, perpetua-se através da dominação exercida pelo polo dominante, a área residencial das elites, sobre o polo dominado, habitado pelos mais pobres. Assim, observa-se que a configuração socioespacial da Baixada Fluminense, apesar das mudanças recentes, reflete uma ordem estabelecida por aqueles que detêm o poder na região, especialmente na alocação de áreas de risco para as classes populares. Isso contrasta com a ideia de desordem ou caos frequentemente mencionada no senso comum (SIMÕES, 2011).

Com a recente inserção do turismo como uma possibilidade de transformação socioeconômica da região, visando mitigar as adversidades locais (FOGAÇA *et al.*, 2020), torna-se necessário associar o termo "periferia", e suas conotações implícitas, ao turismo. Além disso, é importante destacar a seletividade dos territórios escolhidos para o desenvolvimento do setor turístico.

Rocha, Maia Junior e Santos (2007, p.93), ao discutirem o PRT afirmam que:

De forma geral, as ações públicas perpetuam (*sic*) o jogo do capital, ao buscar os espaços privilegiados para sua reprodução. [...] Assim, setores diversos da produção têm buscado se localizar nos espaços que podem responder mais eficientemente aos reclamos desse capitalismo turbinado em que, mais do que nunca, a máxima: “tempo é dinheiro”, se faz verdadeira. A estratégia de buscar espaços “privilegiados” se fez presente de forma contundente no turismo que, ao usar o espaço como mercadoria, utiliza seu conjunto de atributos (naturais e artificiais) para realizar-se e reproduzir-se como parte do sistema. Essa seletividade tem sido destacada por estudiosos de diversas áreas do conhecimento. Há autores que, nos seus estudos, apontam para tendência cada vez maior de as empresas buscarem localizações privilegiadas, que decorrem do conjunto da infraestrutura disponível e daqueles componentes que são relevantes no custo de sua produção.

Assim, ao falar em turismo - um setor altamente competitivo que envolve a perspectiva da "competitividade dos lugares" - também é necessário considerar as periferias desse processo: locais que não recebem os investimentos necessários para fomentar o setor ou que não atraem o capital turístico. Como resultado, esses lugares acabam sendo negligenciados pela ação pública que, frequentemente, alinha-se aos interesses do capital. Esses locais, tais como a região Baixada Verde, podem, portanto, ser chamados de "periferias do turismo".

Silva e Fonseca (2020, p. 26), ao analisar o planejamento do turismo e a distribuição dos recursos / investimentos entre as regiões turísticas do estado do Rio Grande do Norte, por exemplo, identificam como um dos principais resultados “[...] uma seletividade espacial dos investimentos públicos que priorizam determinados municípios em relação a outros”. Naquele território, as análises identificaram que houve concentração de recursos públicos de investimentos na região Polo Costa



das Dunas, área litorânea do Rio Grande do Norte, onde está Natal, principal destino turístico do estado e que recebeu mais de 70% do orçamento executado em toda a região. Ademais, ao observar áreas contempladas e outras não, os autores concluem que a destinação de recursos não obedece a uma avaliação técnica para o fomento ao setor, mas sim ao apelo político.

Portanto, como afirmam Rocha, Maia Junior e Santos (2007, p.100):

[...] muito mais do que propriamente um instrumento de desenvolvimento voltado para as questões sociais, a política de turismo, ao dar uso para o território é, em primeira instância, instrumento para reprodução do capital privado e, portanto, de perpetuação das desigualdades espaciais.

Assim, é pouco provável que um território periférico como a Baixada Fluminense, ou a região agora conhecida como “Verde” no planejamento turístico, consiga se consolidar como um destino turístico no curto e médio prazo, tendo como horizonte os interesses do capital privado. Apesar de seus recursos naturais e culturais, a região enfrenta problemas significativos em termos de condições de vida, incluindo segurança, saneamento básico e acesso, e ainda lida com uma imagem negativa perante a audiência dos meios de comunicação, nacional e internacional.

Para atrair investimentos públicos e privados e se desenvolver como destino turístico, é essencial que haja uma política que veja o turismo como um fator de desenvolvimento socioterritorial, livre de preconceitos e que não dependa estritamente dos interesses do capital para acontecer.

3. METODOLOGIA

A pesquisa se classifica como qualitativa, com ênfase na revisão bibliográfica em periódicos especializados, a partir da correlação dos termos Baixada Fluminense; periferia; Baixada Verde; turismo, em buscadores acadêmicos como *Google Acadêmico*. A seleção dos artigos foi realizada com base na leitura de seus títulos e resumos. Assim, foram escolhidos os que mais atendessem às demandas teóricas desta pesquisa. Além disso, para coleta e análise de dados empíricos e posterior cruzamento com a teoria, optou-se pela técnica da observação devido à experiência acumulada das autoras como fundadoras do Observatório de Turismo e Lazer Baixada Verde, participando ativamente da construção da política regional de turismo, nos últimos sete anos, como representantes titulares e suplentes nos arranjos políticos participativos da região.

Queiroz *et al.* (2007) argumentam que o ato de observar é amplamente utilizado para conhecer e compreender pessoas, objetos, eventos e situações. Observação implica usar os sentidos para obter informações sobre aspectos específicos da realidade. É através da observação que se adquire uma percepção detalhada e precisa do fenômeno estudado, fornecendo dados diretos sobre o ser ou ambiente. Assim, para que a observação se torne uma técnica científica, ela deve ser sistematizada,



planejada e objetivamente controlada. O pesquisador não se limita a observar passivamente, mas sim a examinar atentamente eventos específicos com um olhar treinado. A principal vantagem da observação reside na capacidade de captar informações durante a ocorrência espontânea dos eventos. Desta forma, o resultado das observações se materializa nos diários de observação.

Desde 2017, as autoras desempenharam papéis significativos como conselheiras na IGR Baixada Verde e no Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) de Nova Iguaçu, participação nos Grupos de Trabalho (GT) destes conselhos; além de contribuírem para a organização e participação em eventos relacionados ao turismo ministrando palestras e cursos. Também, atuaram como orientadoras de pesquisas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), iniciação científica e dissertações de mestrado; construção de relatórios técnicos do Observatório; e na coordenação de projetos de extensão universitária nos mais diversos temas que envolvem lazer e turismo na Baixada Verde. Assim, a partir da experiência acumulada, foi possível compilar dados, discussões dos grupos envolvidos, grupos de pesquisas, momentos de defesa de trabalhos de pesquisa, entre outros que aqui são apresentados no formato de dados e análises.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trabalhar o desenvolvimento regional do turismo na Baixada Fluminense pode parecer "absurdo" para muitos, incluindo prefeitos, vereadores e a própria população local, devido à gravidade dos problemas socioambientais enfrentados pela região e à imagem fortemente associada às suas mazelas sociais. Essa realidade faz com que a população residente reivindique, há décadas, ações que resultem na melhoria da qualidade de vida. Assim, a demanda por estruturar os espaços e transformar as cidades em destinos mais atraentes para visitantes se soma a essas reivindicações históricas. No entanto, para muitos, investir em turismo não apenas não resolveria os problemas atuais, como poderia até competir com a resolução de questões urbanas mais urgentes.

Na trajetória de sete anos de planejamento do turismo na região, desde a adoção da denominação Baixada Verde, poucos avanços concretos, apesar de alguns simbólicos e imateriais, foram alcançados neste intuito. O ponto crítico mais evidente é a falta de execução dos planos e projetos elaborados. Em 2017, com o início das discussões sobre o turismo como um caminho para transformar a realidade da região, foi criado o Plano Estratégico para a Baixada Verde (SEBRAE, 2017) para orientar o desenvolvimento ordenado do turismo e lazer. No entanto, conforme avaliado em reuniões da IGR organizadas pelo Observatório de Turismo e Lazer Baixada Verde, em agosto de 2020, e em um evento promovido pelo GT de Planejamento da IGR em maio de 2022, as ações e metas previstas no plano de 2017 ainda haviam sido pouco implementadas (FOGAÇA *et al.*, 2023).

Entre as justificativas para a não execução das ações previstas no plano estão a falta de prioridade do poder público para os projetos de turismo, devido às questões socioterritoriais mais



"urgentes" enfrentadas na Baixada Fluminense, como carências nas áreas de educação, saúde, segurança pública e ordenamento urbano. Esses argumentos evidenciam a falta de compreensão da administração pública sobre o potencial do turismo para impactar positivamente essas áreas. Os investimentos no setor poderiam, de fato, contribuir para a solução de alguns problemas enfrentados, como demonstrado pelos projetos de ordenamento urbano analisados por Silva, Fonseca e Borges (2020) nas regiões turísticas do Rio Grande do Norte, onde os investimentos em turismo tiveram foco nas melhorias nas questões urbanísticas.

Durante a avaliação da execução do Plano Estratégico para a Baixada Verde, a maioria dos gestores das pastas de turismo municipais relatou dificuldades em discutir projetos na área do turismo e em convencer os chefes do executivo sobre a importância desses projetos. Um exemplo disso, é a ausência destes prefeitos em eventos relevantes para o setor, comparecendo apenas quando há a presença de secretários estaduais ou do próprio governador. Isso transforma os eventos em palcos políticos, em vez de audiências voltadas para o planejamento efetivo e participativo.

O uso político do turismo foi verificado, também, na captação de projetos via recurso do Ministério do Turismo. Como exemplo, destaca-se o projeto de reestruturação do Mercado Central, no município de Nilópolis. Durante atividades de campo do Observatório, verificou-se por relatos dos artesãos ali atuantes e, mesmo gestores locais, que o foco era, a partir da reestruturação, estabelecer um centro de artesanato para fomentar o turismo. No entanto, na fase de execução, este foi completamente alterado, e para os artesãos sobraram duas pequenas salas junto à fachada da edificação.

Nas eleições de 2020 e nos subsequentes Planos Plurianuais, mesmo com a reeleição de prefeitos, observou-se uma atenção e orçamento limitados dedicados ao turismo. No município de Duque de Caxias, onde o prefeito em exercício foi reeleito, o turismo não foi sequer mencionado em seu plano de governo. Além disso, há uma falta de transparência na execução das propostas estabelecidas nos Planos Plurianuais ao longo dos anos.

Desde 2020, até meados de 2024, houve uma troca quase total das equipes dos órgãos municipais, com mudanças ocorrendo uma, duas ou até mais vezes. Essa instabilidade prejudicou a continuidade dos projetos iniciados e desarticulou os grupos de trabalho. A falta de atenção à contratação de profissionais qualificados e experientes na área comprometeu a qualidade das ações realizadas e afetou, também, a atuação dos COMTUR. Mesmo nos casos, em que turismólogos foram contratados para assessorar os órgãos municipais de turismo (a maioria egressa da UFRRJ), estes frequentemente não têm autonomia para desenvolver ações, sendo subordinados a hierarquias político-partidárias que não estão relacionadas tecnicamente à área.



Ainda sobre a escala municipal, identificou-se uma falta de coordenação horizontal nas políticas de turismo. Órgãos responsáveis por turismo, cultura, meio ambiente e agricultura, na maioria dos casos, não trabalham de forma integrada. Isso foi evidenciado pelos conflitos entre as secretarias de Cultura, Meio Ambiente e Turismo de Nova Iguaçu em diversos projetos, como na Festa do Aipim, no desenvolvimento do turismo rural e no uso recreativo das áreas naturais. Assim, no âmbito municipal, onde as ações descentralizadas do PRT de fomento ao setor devem ocorrer, o turismo se mostra frágil enquanto política pública.

Além disso, as diferenças de ideologias político-partidárias, entre as prefeituras dos municípios da Baixada Verde, juntamente com as complexas relações interpessoais, tornam a gestão regional especialmente desafiadora. Até agora, percebe-se dificuldades de concretizar projetos de fato regionais, ficando as intervenções limitadas à escala municipal. A Secretaria Estadual de Turismo (SETUR), que poderia fomentar ações para que o setor fosse alavancado na região, historicamente, vem centralizando os seus projetos e investimentos nas chamadas regiões estratégicas, que já são priorizadas pela iniciativa privada.

Na Baixada Fluminense, assim como em outras partes do Brasil, não há uma tradição consolidada na implementação e gestão de políticas públicas em escala regional (MOSCARELLI; BUGS, 2021). Essa dificuldade é ainda mais acentuada quando essas políticas, além de serem regionais, têm um caráter participativo, como o PRT. Na Baixada Verde, por exemplo, observa-se a presença da sociedade civil nos COMTUR em grande parte dos municípios, bem como no arranjo político participativo da IGR; no entanto, os representantes da iniciativa privada ainda não se apropriaram desses espaços.

Enquanto as prefeituras possuem quadro de funcionários reduzidos para atuação em lazer e turismo, a IGR Baixada Verde enfrenta escassez total de recursos financeiros para a gestão regional e para a contratação de funcionários para execução das tarefas necessárias. Atualmente, a IGR, que nunca teve um fundo com recursos, está em processo de atualização de seu estatuto e buscando alternativas burocráticas e dinheiro para sua formalização. A proposta discutida nas últimas reuniões³ é que cada município faça uma contribuição mensal para o funcionamento da IGR. No entanto, devido ao contexto das campanhas para prefeitos e vereadores, é pouco provável que haja avanços significativos nesse aspecto no segundo semestre de 2024⁴.

Quanto à relação da região com o governo federal, é relevante mencionar que, no início do atual mandato do governo Lula, uma deputada da região foi nomeada Ministra do Turismo. A deputada Daniela Carneiro, à época filiada ao partido União Brasil e esposa do então prefeito de

³ Mês de referência: agosto de 2024.

⁴ Durante o 1º Seminário Nacional de Regionalização do Turismo 2024, realizado recentemente no Salão do Turismo, outras IGRs presentes também expressaram preocupação com a mesma questão: no período pré-eleitoral, os gestores municipais ficam concentrados nas campanhas, o que resulta em poucas ações efetivas.



Belford Roxo, ocupou o cargo de Ministra do Turismo de 1º de janeiro de 2023 a 14 de julho do mesmo ano. Esta nomeação gerou grande expectativa entre os secretários de turismo dos municípios da Baixada Verde e, até mesmo, entre os chefes do executivo municipal. Acreditava-se que a presença da deputada poderia representar uma mudança significativa na percepção sobre o turismo na região, e que poderia beneficiar a Baixada Verde com o repasse de recursos financeiros.

Em Belford Roxo, foi imediatamente criado um órgão oficial de turismo, embora o município nunca tivesse se envolvido com a IGR Baixada Verde até então, apesar das constantes tentativas de engajamento por parte da mesa diretora da IGR, dos secretários de turismo dos demais municípios e do Observatório vinculado à universidade. No entanto, a euforia foi breve; em poucos meses, a deputada foi destituída do cargo devido a questões partidárias, resultando em desânimo e, no caso de Belford Roxo, na extinção do recém-criado órgão de turismo. Essa situação evidenciou que, infelizmente, as intenções voltadas para o turismo em alguns municípios da Baixada Verde, especialmente em Belford Roxo, parecem se restringir a interesses políticos de curto prazo.

Outro ponto que merece ser analisado é referente à questão do “verde”, adjetivo dado à Baixada em referência às Unidades de Conservação (UC) ali existentes. A visitação nestas áreas naturais é prejudicada devido ao elevado índice de violência da região e ausência de ações eficientes do poder público. Durante o I Fórum de Ecoturismo da Baixada Fluminense, ocorrido em outubro de 2023, por exemplo, o tema da insegurança no acesso e interior das UCs foi recorrentemente citado (COSTA, 2024). Importante salientar que a questão da segurança pública não é um problema recente na RMRJ e, tampouco, exclusivo da Baixada Fluminense. O tema é recorrente nos fóruns regionais de turismo fluminenses e uma preocupação persistente para os planejadores do turismo em todo o mundo, uma vez que é pouco provável que um local que não garanta segurança adequada para seus residentes possa atrair turistas e visitantes.

Além da violência, outros problemas enfrentados pelas UC's incluem: i) construções irregulares no interior das áreas; ii) acesso/entorno controlado por grupos de traficantes ou de milicianos; iii) caça de animais silvestres; iv) presença de cemitérios no entorno, problemas com o chorume cadavérico; v) queimadas irregulares; vi) surgimento de condomínios residenciais para classe média/alta em suas zonas de amortecimento; dentre outros (COSTA, 2024). Apesar dessas dificuldades, algumas áreas verdes urbanas estão estruturadas para visitação, como o Parque Municipal da Taquara (em Duque de Caxias), o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, e o Parque Municipal de Gericinó (Nilópolis), sendo que os moradores da região são os principais frequentadores desses locais para atividades de lazer conforme dados levantados pelo Observatório de Turismo e Lazer Baixada Verde.



Sobre lazer, é relevante enfatizar que a capital fluminense não apenas concentra os melhores empregos e oportunidades, mas, também, oferece uma vasta gama de opções de lazer. Isso evidencia "a geografia desigual na oferta de serviços voltados ao lazer" (ALBUQUERQUE, 2021, p. 79) em comparação com as demais regiões do estado do Rio de Janeiro. Apesar da proximidade geográfica entre a capital (Rio de Janeiro) e os municípios da Baixada Fluminense, muitos moradores enfrentam dificuldades para acessar equipamentos de lazer que se concentram na capital. A precariedade das opções de transporte público, especialmente nos finais de semana, e o alto custo destes serviços (REGUEIRA, 2024), evidenciam como é crucial desenvolver alternativas de lazer mais próximas aos locais de residência dos habitantes da Baixada Fluminense.

A Baixada Fluminense, mesmo sendo composta por 13 municípios com uma população superior a três milhões de habitantes, não conta atualmente com nenhum equipamento cultural do governo estadual. Em contrapartida, a Zona Sul do Rio de Janeiro, com uma população cinco vezes menor que a Baixada Fluminense, é contemplada com seis espaços culturais. A diferenciação no tocante ao consumo desses bens culturais se relaciona, também, com uma escolha política. A presença de espaços culturais privados próximos à população de renda mais elevada se explica pela lógica do mercado, já a concentração desses mesmos espaços culturais de gestão pública nessa área de renda mais elevada não encontra nenhuma explicação do ponto de vista social que objetive a construção de um Estado menos desigual. Pelo contrário, o Estado não atua no sentido de minimizar as disparidades, mas as acirra quando dota algumas áreas de equipamentos culturais em detrimento de outras áreas (ALBUQUERQUE, 2020, p.18).

Portanto, diante dos fatos, percebe-se a periferação não só relativa ao turismo, mas podemos classificar a Baixada Fluminense como, também, a “periferia do lazer”.

Com base nos trabalhos de campo realizados pelo Observatório de Turismo e Lazer da Baixada Verde para a elaboração dos Inventários Turísticos Municipais, é possível afirmar que a região possui um patrimônio cultural e natural com potencial para turismo e lazer comparável ao das demais regiões turísticas do estado. Um argumento frequentemente destacado pela equipe do Observatório é que o patrimônio local precisa ser mais conhecido e divulgado. Além disso, é fundamental que receba investimentos e projetos que viabilizem seu uso recreativo, inicialmente para os moradores e, posteriormente, para os turistas. Isso se deve ao fato de que o direito de conhecer e preservar esse patrimônio, enquanto memória social, assim como de usufruí-lo, deve ser assegurado para garantir a função social da propriedade rural e urbana (BRASIL, 2001) e o direito à cidade (LEFEBVRE, 2008). Portanto, as políticas e projetos voltados ao turismo beneficiam não apenas os turistas, mas, principalmente, a população local, que carece de opções de lazer e outras melhorias.

Neste caso, o esforço da IGR Baixada Verde é fazer do turismo um argumento para atrair recursos financeiros (do Ministério de Turismo, por exemplo) e melhorar a infraestrutura urbana, elevar a autoestima da população local, oferecer novas opções de lazer para seus moradores, revelar patrimônios ambientais e culturais pouco conhecidos, gerar opções de emprego e renda, dentre outras possibilidades (FOGAÇA *et al.*, 2023). Ou seja, o turismo se apresenta como um argumento



estratégico para sensibilizar gestores públicos sobre a importância de melhorar a infraestrutura e os serviços urbanos das cidades, além de auxiliar na captação de recursos para esses investimentos (por meio de emendas parlamentares ou recursos disponibilizados pelo próprio Ministério do Turismo) (FOGAÇA *et al.*, 2023).

Embora os municípios pesquisados ainda não tenham desenvolvido produtos capazes de atrair turistas nacionais e internacionais, algumas ações pontuais voltadas para a valorização do patrimônio natural e histórico-cultural têm contribuído para o desenvolvimento socioespacial da região, tais como os investimentos na revitalização do Parque Histórico Arqueológico Iguassú Velha, no município de Nova Iguaçu; Parque Natural Municipal Sara Areal de Nilópolis, entre outros. Além disso, essas iniciativas promovem um aumento na autoestima da população e melhoram as opções de lazer disponíveis localmente.

Retomando a questão da periferia, e a correlacionando com a autoestima da população, D'Andrea (2020) destaca como é notável o crescimento da presença de jovens das periferias no ensino superior nas últimas décadas. Muitos desses jovens foram os primeiros de suas famílias a ingressar na universidade, marcando um momento histórico em que pessoas de baixa renda, periféricas e negras passaram a ter uma presença mais significativa e menos marginalizada nestes espaços. E, paralelamente a essa mudança, o conceito de periferia passou a englobar, também, a cultura e a potência desta população. Seus significados se alargavam, incluindo ainda aspectos positivos, houve uma explosão de atividades culturais nas periferias, incluindo saraus, *slams*, cineclubes, eventos de *hip-hop*, comunidades do samba, grupos teatrais, grupos de dança e literatura marginal, entre outras manifestações (D'ANDREA, 2020). E na Baixada Fluminense não foi diferente. Diversos grupos e coletivos artísticos e culturais atuam no território, promovendo práticas de sobrevivência e esperança; assim, a juventude local reinventa seu espaço, redefine a si mesma e imagina futuros mais justos e democráticos para os ambientes urbanos onde vive (LOPES; VALE, 2023).

A atuação dos estudantes da UFRRJ na Baixada Verde, por meio do Observatório de Turismo e Lazer, tem contribuído para uma mudança na percepção desses estudantes sobre o território em que vivem. Fogaça e Sena de Lima (2024) discutem em seus estudos o papel significativo do Observatório na reconfiguração da visão dos estudantes sobre a Baixada Fluminense, ao desmistificar a imagem do território como um espaço exclusivamente de violência e precariedade, e ao possibilitar o conhecimento do patrimônio natural e cultural da região, além de apresentar novas possibilidades de atuação profissional. Assim, os trabalhos de campo realizados pelos alunos oferecem aos futuros profissionais da área a oportunidade de contribuir para o planejamento do território onde residem, seja explorando perspectivas na região turística como empreendedores, funcionários do setor público ou privado, ou como pesquisadores.



Cabe aqui mencionar que os trabalhos desenvolvidos pela IGR Baixada Verde e pelo Observatório têm contribuído para uma crescente visibilidade das potencialidades naturais da região no contexto do lazer e do turismo. Reportagens e matérias sobre ecoturismo e turismo de aventura, por exemplo, estão se tornando cada vez mais frequentes. Embora a Região Turística Baixada Verde e a Baixada Fluminense correspondam praticamente ao mesmo território físico e enfrentam problemas socioambientais significativos, a Baixada Verde está começando a atrair uma cobertura jornalística mais favorável e diversificada.

Apesar dos avanços, a região ainda não conseguiu se consolidar como um destino turístico no cenário nacional ou internacional. Os turistas que visitam a capital fluminense, por exemplo, dificilmente incluem a Baixada Fluminense em seus itinerários, devido a uma série de fatores que já foram mencionados. Contudo, o potencial do turismo como estratégia de desenvolvimento local e regional é uma realidade, especialmente quando aliado a outras políticas setoriais, como incentivo à cultura, apoio à agricultura familiar e orgânica, promoção do lazer, melhoria da segurança pública e aprimoramento da infraestrutura. Essas políticas, integradas, têm o potencial de transformar a Baixada Fluminense em um lugar mais atraente, com mais opções de lazer e melhor para se viver, além da possibilidade de aumento o fluxo regional e visitantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado do Rio de Janeiro é um destino turístico importante, com a cidade do Rio de Janeiro servindo como principal porta de entrada para turistas estrangeiros. No entanto, na RMRJ a demanda turística se concentra na zona Sul e central da capital, sendo um pequeno fluxo direcionado a Niterói. Fora destes territórios (capital e Niterói), os demais municípios da RMRJ são pouco explorados pelos turistas e são inexistentes as políticas públicas advindas dos níveis estadual e federal para que esse quadro seja alterado, apesar de seu potencial para turismo histórico, cultural, ecológico, lazer e de negócios.

Embora não se possa afirmar que as questões sociais e econômicas que afetam os municípios da Baixada Fluminense sejam exclusivamente atribuíveis a esta região, é essencial considerar o processo histórico de ocupação regional para compreender sua configuração socioeconômica atual no contexto metropolitano. Assim, o papel do município do Rio de Janeiro, na esfera nacional e internacional, reflete diretamente a forma como a Baixada Fluminense é posicionada na metrópole (ALBUQUERQUE, 2021), incluindo aqui seu papel coadjuvante na atração de investimentos públicos e privados diversos, incluindo no setor de turismo.

É importante destacar que, historicamente, o setor de turismo investe em estratégia adotada pelos meios de comunicação sobre a mercantilização dos “paraísos” (seja pelos elementos naturais, culturais e pelos prazeres da diversão e do lazer). A partir de então, se constrói a imagem de alguns



destinos turísticos. Assim, a Baixada Fluminense está longe de ser construída como um destes destinos “paraísos”, conforme exemplificado neste artigo.

Desta forma, a promoção da Baixada Verde para o turismo marca o início de um projeto regional que demanda o aprimoramento da gestão compartilhada de políticas públicas, com um horizonte de médio a longo prazo. Ou seja, enquanto a pauta do “desenvolvimento regional do turismo” nos municípios da Baixada Verde é um projeto de longo prazo, que não coincide com o tempo de mandato dos prefeitos, as questões relacionadas ao lazer e à qualidade de vida são de curto prazo e têm um impacto imediato. Reverter a condição de “periferia do lazer” é essencial para a autoestima e o bem-estar dos residentes. Aqui, ressalta-se a importância deste processo como uma oportunidade para qualificar os espaços culturais, ambientais e de lazer da Baixada Fluminense, oferecendo aos moradores locais uma alternativa às ofertas da capital, a cidade do Rio de Janeiro.

No estado do Rio de Janeiro, conhecido por destinos turísticos icônicos como a capital, Armação de Búzios, Petrópolis e Paraty, competir por investimentos fora deste circuito é um desafio significativo. Deixar de ser um território periférico - incluindo as noções de “periferia do turismo” e “periferia do lazer” - é um processo que requer não apenas vontade política, mas também uma conscientização sobre estes temas, além do engajamento da população local e da iniciativa privada. Isso só pode ser superado com gestões que realmente queiram fazer do turismo um aliado na busca por uma nova realidade para a região da Baixada Fluminense.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Enderson Alceu Alves. Baixada Fluminense, uma Periferia por Excelência. **Geografia**, Londrina, v. 30, n. 1, p. 63 – 83, janeiro/2021.

BRASIL. **Portaria MTUR nº 41, de 24 de novembro de 2021**. Consolida e atualiza as normas sobre o Programa de Regionalização do Turismo. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos-2/2021-1/portaria-mtur-no-41-de-24-de-novembro-de-2021> . Acesso em: 16 ago. 2024

BRASIL. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11771&ano=2008&ato=3a2ETVE5UNRpWT5d5>. Acesso em: 16 ago. 2024

BRASIL. **Estatuto da cidade**. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: 2001.

BRASIL. **Mapa Brasileiro do Turismo**. 2024. Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home> Acessado em junho de 2024.



CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**: retrato dos municípios brasileiros. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA, Maria Angélica Maciel. **Uso recreativo da água na região turística Baixada Verde (RJ)**: potencialidades e conflitos. Projeto estágio de pós-doutoramento em Planejamento Urbano e Regional - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 39, n. 01, p. 19-36, jan-abr 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/whJqBpqmD6Zx6BY54mMjqXQ/?format=pdf>.

ENNE, Ana. A “redescoberta” da Baixada Fluminense: Reflexões sobre as construções narrativas midiáticas e as concepções acerca de um território físico e simbólico. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura**, v. 4, p. 1-15, 2013.

EMBRATUR. Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo. Disponível em: <https://dados.embratur.com.br/>. Acesso em: 15 de março de 2024.

FOGAÇA, Isabela; COSTA, Maria Angélica; MENDONÇA, Teresa; CATRAMBY, Teresa. Observatório de turismo e lazer da Região Turística Baixada Verde: experiência e resultados. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 20, n. 1, 2020. <https://doi.org/10.18472/cvt.20n1.2020.1754>

FOGAÇA, Isabela.; SENA DE LIMA, Gabriela. Observatório de Turismo e Lazer Baixada Verde e a percepção sobre a Baixada Fluminense/RJ junto aos estudantes envolvidos. **ReBOT**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 04–24, 2024. DOI: 10.59776/2764-5835.2024.6018. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/ReBOT/article/view/6018>. Acesso em: 16 ago. 2024.

FOGAÇA, Isabela; COSTA, Maria Angélica; MENDONÇA, Teresa. O turismo como estratégia para estruturar as cidades da região turística Baixada Verde. In: ROCHA, André Santos da; SALES, Jean Rodrigues. (orgs.). **Sociedade-natureza na Baixada Fluminense**: perspectivas de investigação. Seropédica, RJ: Ed da UFRRJ, 2023, p. 56-71. Disponível em: https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/8375/1/Sociedade_Natureza.pdf

IBGE. **Atlas de saneamento**: abastecimento de água e esgotamento sanitário. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia e Coordenação de Recursos Naturais e Meio Ambiente. 2021.

IPHAN. Paraty e Ilha Grande (RJ) recebem título de Patrimônio Mundial da Unesco. **Portal Iphan**, 4 jul. 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5164/paraty-e-ilha-grande-rj-ganham-titulo-de-patrimonio-mundial-da-unesco/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LOPES, Adriana Carvalho; VALE, Janaína Coutinho. Memórias de um sarau periférico: sobrevivência e esperança dos fazeres culturais e de pesquisa na Baixada Fluminense. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 23, n. 3, p. e42782, 2023.

MOSCARELLI, Fernanda; BUGS, Geisa. Reflexões sobre os limites e escalas de planejamento e gestão brasileiros. **Confins**, [S.l.], n. 50. 2021. Disponível em:



<http://journals.openedition.org/confins/37138>. Acesso em: 18 ago. 2024. DOI:
<https://doi.org/10.4000/confins.37138>.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Ecologia política, reestruturação territorial-produtiva e desenvolvimento sustentável no Brasil: lições do extremo oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Espaço e Economia** [Online], 2020. Acesso em 15 agosto 2024. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/16203>

QUEIROZ, Danielle Teixeira; VALL, Janaina; ALVES E SOUZA, Ângela Maria; VIEIRA, Neiva Francenely Cunha. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista de Enfermagem da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 276-283, abr./jun. 2007.

REGUEIRA, Chico. Mais de 1 milhão de moradores do Grande Rio comprometem ao menos 25% do que ganham com transporte. **G1**, 12 ago. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/08/12/mais-de-1-milhao-de-moradores-do-grande-rio-comprometem-ao-menos-25percent-do-que-ganham-com-transporte.ghtml>. Acesso em: 17 ago. 2024.

ROCHA, André Santos. **As representações ideais de um território**: Dinâmica econômica e política, agentes e a produção de novos sentidos na apropriação territorial da Baixada Fluminense pós 1990. Tese (Doutorado em Geografia) - PPGG / IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ROCHA, André Santos da. Os efeitos da reestruturação econômica metropolitana na Baixada Fluminense: Apontamentos sobre o “novo” mercado imobiliário da região. **Espaço e Economia** [Online], 6, 2015.

ROCHA, João Mendes da; MAIA, Jr., Danilo dos Santos, SANTOS, Hikson de Paula. Turismo e espaço: considerações sobre o Programa de Regionalização do Turismo. **Revista Múltipla**, v.12, n. 22, p. 93 - 108, 2007.

SEBRAE. **Planejamento Estratégico da Baixada Verde**. Rio de Janeiro: Sebrae/RJ, 2017.

SILVA, Lúcia. Baixada Fluminense como vazio demográfico? População e território no antigo município de Iguazu (1890/1910). **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 34, n. 2, p. 415 - 425, 2017.

SILVA, Rodrigo Cardoso da; FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. Os investimentos do Ministério do Turismo e o Programa de Regionalização do Turismo: desencontros da política governamental no interior potiguar. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 17, n. 3, p. 148-165, 2018. Disponível em: <https://cvt.emnuvens.com.br/caderno/article/view/1207>. Acesso em: 16 ago. 2024.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **Ambiente e sociedade na Baixada Fluminense**. Mesquita: Ed. Entorno, 2011.

SOUZA, Roberta. Cerca de 69% da população da Baixada Fluminense se declara preta ou parda, aponta censo do IBGE. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 jan. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/01/05/cerca-de-69percent-da-populacao-da-baixada-fluminense-se-declara-preta-ou-parda-aponta-censo-do-ibge.ghtml>. Acesso em: 13 ago. 2024.

